

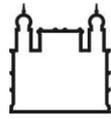
Ata da reunião da Comissão Própria de Avaliação da Fiocruz – CPA-Fiocruz

Dia 12 de março de 2019 | Sala 1007 do Prédio da Expansão – Fiocruz (RJ)

5 Aos doze dias do mês de março de 2019, na sala 1007 do Prédio da Expansão da FIOCRUZ em Manguinhos, Rio de Janeiro, foi realizada a oitava reunião da CPA FIOCRUZ. O encontro contou com a participação dos seguintes representantes: Isabella Fernandes Delgado (presidente da CPA); Maria Auxiliadora Mendes (IFF); Carla Gruzman (COC); Cláudia Brandão (MS); Isabel Lamarca (ENSP); Alex Bicca (egresso ENSP); José Ivo Pedrosa (Abrasco); Gerdo Bezerra de Faria (CNS); Ítalo Cesar Kircove (Fiocruz); Geisa Francisco da Silva (Fiocruz). Como convidados/observadores, 10 participaram Tânia Celeste Matos Nunes (CGEd/VPEIC); Cristiane Travassos de Oliveira (CGEd/VPEIC); e Adriana Geisler (INI/Fiocruz).

A reunião teve início com a presidente da CPA-Fiocruz, Isabella Delgado, apresentando a programação do encontro. Na sequência, fez apresentação sobre a CPA, esclarecendo a motivação 15 da reunião que era realizar um balanço da Oficina de Avaliação do Ensino: a perspectiva do caminho da qualidade nas Escolas não universitárias do campo da saúde, realizada nos dias 03 e 04 de dezembro de 2018 em Brasília, com foco nas bases conceituais da autoavaliação na Fiocruz. Lembrou que dos 12 membros da CPA, 10 estiveram presentes na atividade. Foi uma participação bastante importante e ativa, pois colaboraram tanto no apoio quanto na moderação 20 das palestras. A oficina foi organizada no âmbito do projeto que tem apoio do Ministério da Saúde e tem como objetivo principal a questão da autoavaliação institucional. Um dos objetivos dessa oficina era exatamente “construir conhecimento de forma compartilhada e subsidiar a formulação do modelo de avaliação da Fiocruz, a partir de seu credenciamento pelo MEC como Escola de Governo”. Por isso a importância da participação da CPA na oficina, pois a realização do balanço 25 feito na reunião destaca o consenso do modelo de avaliação. Para realizar a sua apresentação, Isabella utilizou como fonte dois (02) relatórios. Um relatório síntese feito pela consultora Maria Eugênia. E outro relatório feito por Alex Bicca e Adriana Geisler, mais as apresentações da Oficina de Avaliação do Ensino.

O Termo de Referência que sustentou o evento faz destaque a aspectos de cunho estratégico de 30 extrema relevância, a saber:



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Comissão Própria de Avaliação - CPA

1 - O fato das instituições de ensino não universitárias da área da saúde serem submetidas a mecanismos de regulação instituídos (MEC/CNE), configurando a avaliação externa.

2 - O fato das instituições de ensino não universitárias da área da saúde possuírem dinamicidade própria de instituições orgânicas e complexas.

5 3 - A especificidade de ofertas das diferentes escolas de saúde.

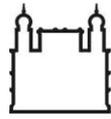
4 - A necessidade de recuperar, integrar e analisar de forma integrada as diferentes facetas do processo de avaliação.

5 - A importância de construir as bases de um conhecimento coletivo na matéria.

A oficina teve como objetivo principal: Revisar e debater o tema da Avaliação das Escolas não universitárias da saúde, construindo consensos em torno de subtemas eleitos como estratégicos da gestão da qualidade nessa área, visando contribuir para o enriquecimento da gestão escolar e para o desenvolvimento de processos de autoavaliação das escolas não universitárias da área da saúde. E como público-alvo: Profissionais da gestão de Escolas de Pós-graduação não universitárias e de Escolas Técnicas da Saúde e convidados institucionais (CPA). Ao todo foram cerca de 80 pessoas por dia e 9 palestrantes. Participaram 4 Redes: Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola); Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS); Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (RENASF); e Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU).

CPA-Fiocruz: Isabella destacou que: “Os resultados da Oficina devem subsidiar a formulação do modelo de avaliação da Fiocruz, a partir de seu credenciamento pelo MEC como Escola de Governo”. Resgatando alguns conceitos e consensos sobre “A avaliação Institucional na Perspectiva da Educação”, palestra de Clarice Monteiro Escott – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

A palestra de abertura do evento fala sobre avaliação institucional na perspectiva da educação com foco nas diferentes dimensões da avaliação e avaliação regulatória. Nos fala da pertinência de se pensar na avaliação externa como uma ação numa perspectiva macro regulatória que seria esse primeiro círculo, faz uma análise crítica de como a avaliação regulatória se correlaciona ou deve se correlacionar com outras dimensões da avaliação. Aborda a avaliação emancipatória, participativa e educacional. E como a avaliação externa e regulatória deve avançar numa perspectiva educacional para que se consiga atingir uma autoavaliação institucional na perspectiva educacional.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

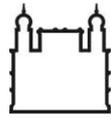
Comissão Própria de Avaliação - CPA

A avaliação externa, avaliação regulatória ou regulação visa um criterioso ordenamento e desenvolvimento do conjunto das instituições de educação superior. É uma ação político-administrativa de Estado, fundamental para a garantia da qualidade e legitimidade social. Segundo Clarice, a avaliação externa toca na dimensão burocrático-legalista de controle, modelação e fiscalização (por meio de princípios e normas bem estabelecidas), que se dão no âmbito do ensino superior, seja na Graduação ou na Pós-graduação, no nível de instituições (como as Escolas de Governo) ou cursos, como faz a CAPES no strictu sensu (SS) no âmbito dos cursos e programas.

Segundo Clarice, a avaliação, com função de regulatória, não deve se esgotar em si mesma (Dias Sobrinho, 2003). A responsabilidade do Estado é instaurar procedimentos de controle e fiscalização e assegurar as condições de existência de um sistema de boa qualidade. É importante que a partir disso haja uma reflexão crítica por parte das instituições levantando os pontos fortes e pontos fracos, buscando melhorias e para isso é importante instâncias como a CPA que pensem de forma continuada esses processos críticos da avaliação. Além disso, Clarice lembra que essa avaliação com viés regulatório avance numa função educativa e desenvolva uma prática social voltada para a produção da qualidade das instituições de emancipação social. A avaliação externa avançando para avaliação educacional é a principal provocação deixada por Clarice, para que consiga essa dinâmica de autoavaliação institucional na perspectiva educacional.

É uma ação social formativa que pressupõe convívio, diálogo entre as partes para que haja o respeito entre os diferentes segmentos. Muitas vezes essa autoavaliação gera conflitos nesse processo, mas por outro lado, gera melhoria e qualidade, uma vez que deve favorecer a compreensão coletiva sobre falhas, pontos fortes e práticas integradoras. Por isso, é importante a participação da comunidade na construção de forma coletiva, tanto no reconhecimento das falhas “o que precisa melhorar?” E os pontos fortes “aquilo que se têm de positivo nas instituições”.

A Avaliação Institucional na perspectiva educacional deve favorecer “práticas integradoras”, e assim como a CPA, deve pensar “práticas integradoras”. Isabella ressaltou como a nossa instituição ganha quando pensamos em oferta educacional de forma integrada em diferentes unidades e cursos na prática educacional. Segundo a Clarice, a “avaliação Institucional na perspectiva educacional” tem uma intencionalidade educativa. É concebida e praticada como ação social formativa e construtiva. Tem objetivos educativos e fornecem informações para melhoria das práticas pedagógicas. Os procedimentos avaliativos articulados a um programa cuja



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

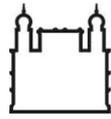
Comissão Própria de Avaliação - CPA

concepção seja capaz de implementar práticas integradoras. É um processo contínuo com desenho unitário de avaliação institucional. (Dias Sobrinho, 2003).

Por fim, Clarice traz referências sobre Avaliação Emancipatória – SAUL (2001) e Avaliação Participativa – LEITE (2005) e faz uma provocação sobre formatos democráticos, emancipatórios e participativos. Fala da importância de se trabalhar a autonomia dos sujeitos que estão participando desse processo avaliativo e a própria instituição. As avaliações devem ser sempre pedagógicas, devem estimular os valores e podem dizer quais os conhecimentos que valem e de que forma devem ser distribuídos socialmente. E podem ser emancipatórias na medida em que atenderem à autonomização dos sujeitos e das instituições.

Resumindo, de acordo com Clarice a avaliação institucional na perspectiva educacional é um instrumento de responsabilidade democrática. Favorece a compreensão coletiva sobre as qualidades positivas e pontos fortes. Permite revisar falhas e erros. Contribui para a redefinição das prioridades para a gestão democrática. Permite o conhecimento, o olhar lúcido e a reflexão sobre si mesmo e sobre os entornos locais, regionais, nacionais e internacionais. Um olhar muito voltado para a nossa missão, para as questões que são pertinentes na nossa instituição. Por fim, Isabella voltou à ilustração que apresenta as dimensões da avaliação que Clarice nos trouxe, lembrando sempre que o objetivo principal desse processo de autoavaliação institucional é a melhoria contínua da qualidade e da legitimidade social.

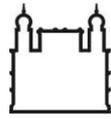
Tânia Celeste deu continuidade ao balanço da Oficina de Avaliação do Ensino: a perspectiva do caminho da qualidade nas Escolas não universitárias do campo da saúde, ocorrida em dezembro de 2018 em Brasília. Iniciou com uma análise da contribuição do representante do Ensino Médio, professor Cláudio Gomes Ribeiro, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), que resgatou ideia de governo eletrônico que vem dos anos 90. Depois ele defendeu que a avaliação não deve ser meramente um projeto de organização de dados, mas uma base que organiza a relação com a sociedade. Avaliando a demanda externa, mas valorizando nossa proposta formativa. Devemos encontrar uma forma de deixar de fazer puro acesso dos dados, mas pensarmos os dados a partir de projetos políticos que antecedem os dados. Tânia, a partir dessas reflexões, faz dois questionamentos: Uma plataforma de dados para monitoramento e criação de indicadores? E o SIEF? Após, a professora Tânia Celeste nos traz a reflexão sobre Acreditação Pedagógica, apresentada pelas professoras Rosa Souza e Catharina Matos Soares. Um dos conceitos importantes para acreditação pedagógica é a qualidade, onde a qualidade é uma



construção social; também é um conjunto de características de um produto que possa satisfazer uma necessidade socialmente reconhecida e aceita, em um dado momento. Outra característica importante é a negociação. Importância do processo de negociação que medeia a ação dos atores sociais envolvidos. Na acreditação pedagógica, a autoavaliação é a alma do processo avaliativo. O autoconhecimento é uma ferramenta de transformação. Outros pontos a serem destacados: a oportunidade de revisão dos processos formativos; valorização da singularidade; reconhecimento dos nós críticos; enfrentamento dos problemas reconhecidos coletivamente; confiabilidade e confiança. Tânia Celeste também recuperou o processo de credenciamento, como Escola de Governo, da Fiocruz. A elaboração do PPP e PDI e a instalação da CPA foram elementos essenciais que deram corpo ao processo de credenciamento. A forma de governança da Fiocruz, com gestão participativa como elemento propulsor e guia para as ações estruturantes da avaliação. A construção de coesão interna foi fator fundamental, com reuniões por segmentos e vídeo nos restaurantes sobre o credenciamento. O caminho da qualidade demandou pautas de desdobramento como: estudos de egressos; reuniões periódicas da CPA; formação de docentes; acompanhamento dos gestores relativos à mobilidade, a pauta de desigualdades sociais, entre outras. O regimento ainda pendente. Tânia Celeste trouxe a contribuição do tema da Gestão Acadêmica, apresentado pela professora Tatiana Wargas, da ENSP. A professora Tatiana dividiu a sua apresentação em três eixos: Escola/formação; Saúde/prática; Avaliação/interação. No 1º eixo: Escola/formação: Escola como ambiente de interação que promove transformações. Como fazer da Escola um ambiente de transformação dos que dela participam? O que há de comum na conversa entre profissionais? Qual é o papel da Gestão Acadêmica nesse processo? A professora Tatiana falou sobre as dimensões da formação que devem integrar os PPPs:

- Humana (pessoas que carregam intencionalidades e forma quadros para o futuro para construir a sociedade)
- Epistêmica – verdade e diversidade; projetos que disputam
- Pedagógica – realidade e construção
- Política – participação

No 2º eixo saúde/prática é preciso considerar a doença mediada pela história nas sociedades concretas; saúde integrada numa totalidade do social; a formação dos profissionais e a normalização da vida. No 3º eixo, avaliação/interação: quem participa do processo de avaliação? Quem é avaliado no processo de formação? Que aspectos devem ser considerados na avaliação.

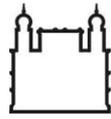


No entendimento de Tatiana, o lugar da gestão acadêmica é o do planejamento e organização; da liderança e coordenação; da orientação e mediação; do monitoramento e avaliação. O significado da gestão escolar é gerir a dinâmica cultural da Escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação do PPP. E a interação em Rede.

5 Por fim, a pesquisadora da ENSP apresentou os indicadores para o acompanhamento acadêmico: ambiente educativo; prática pedagógica; avaliação; gestão escolar democrática; formação e condições de trabalho dos profissionais; ambiente físico; acesso e permanência dos estudantes. A professora Tânia Celeste retomou as contribuições do tema desafios da perspectiva da avaliação do ensino na contemporaneidade, apresentado pela professora Thereza Penna Firme, da
10 Fundação Cesgranrio. Da apresentação da professora Thereza Penna Firme foram destacados os seguintes pontos: É preciso usar um instrumental de avaliação que facilite a comunicação e a aprendizagem; uma boa avaliação deve levar à transformação; incentivar a autoestima do estudante; Gestor e avaliador devem gostar de gente; Avaliação deve servir para se chegar a um juízo de valor (todos somos avaliadores).

15

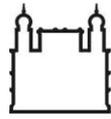
A avaliação é uma fotografia do momento; é situacional. E começa pela observação. Avaliação é acolhimento – “Abraça primeiro”. Numa avaliação apreciativa é necessário mostrar a realidade e a qualidade dessa realidade, para depois apontar os erros. Destacou ainda que autoavaliação diz respeito a quem se é. “Somos virtudes, qualidades e dificuldades”. Avaliação não é só pensar na
20 nota; é imperioso descobrir a totalidade (usar uma mistura de qualitativo e quantitativo). Em experiência na UFRJ, cada departamento escolheu seus instrumentais. Às vezes a autoavaliação é mais rigorosa que a avaliação externa. Julgar exige tempo e amadurecimento. Avaliação é resgate. Feedback é fundamental na avaliação. Thereza destacou diferentes períodos de concepções de avaliações. Nos anos 60 – mensuração, descrição, julgamento (criterioso). Anos 90 – negociação. E
25 falou sobre dimensões da avaliação: mérito, relevância (impacto – resultado); importância (significado). Standards de avaliação de programas: utilidade, viabilidade, ética, precisão. Nunca se basear em um só instrumento (ele pode falhar). Princípios norteadores para os avaliadores: indagação sistemática; competência; integridade/honestidade; respeito pelas pessoas; responsabilidade pelo bem-estar social e público (pensar global). Avaliação começa de mãos dadas
30 com o planejamento, propósitos e objetivos. Há uma importância nos relatórios parciais. Quem avalia o avaliador? Quem avalia a avaliação? (Os standards). Padrões de avaliação de programa:



Utilidade – atender necessidade de informação prática do usuário; Viabilidade – ser realista, prudente, diplomática e simples; Ética – realizada com o devido respeito ao bem-estar dos envolvidos na avaliação; Precisão – revelar e transmitir tecnicamente informações adequadas para permitir juízos de méritos e relevância. Por fim, a professora Tânia Celeste deixa a reflexão: Se a educação não for para humanizar, não tem sentido.

Debate:

5 Maria Auxiliadora apontou a dificuldade de se chegar a um instrumental e a necessidade desse instrumental atender a uma necessidade de informação prática. Segundo ela, deve-se cuidar muito das perguntas para que gerem as informações úteis. Como a Fiocruz é muito diversa, talvez
10 haja a necessidade de processos diferentes entre as Unidades que caminhe para um núcleo comum com adequações intra e entre as Unidades. Maria sugere conhecer melhor a experiência da UFRJ, mencionada na apresentação de Tânia. Cláudia Brandão disse que era importante aproveitar o espaço para pensar em avançar sobre a perspectiva da avaliação pois, sob o ponto de vista da gestão, a formação deve gerar resultados e provocar algum tipo de mudança. Daí a
15 importância de se discutir o tema da avaliação. Tânia Celeste trouxe o exemplo dos cursos descentralizados, que tinham conteúdos mais gerais, com núcleos regionais. De acordo com ela, esses cursos tinham uma estreita relação entre o planejamento e a oferta educativa. Gerdo Bezerra argumentou que para avaliar bem tem que se ter todas as informações. Precisa haver uma boa escuta e que o MEC não faz essa escuta, pois não consulta quem deveria consultar. Tânia
20 lembrou que a avaliação externa da Fiocruz, ocorrida em 2016, provocou uma mobilização muito importante na instituição. Isabel Lamarca mencionou também a importância do olhar do avaliador, que tem que ter um certo preparo e sensibilidade para avaliar. Ítalo lembrou que o governo está cada vez mais padronizando processos de gestão na administração pública e que, muitas vezes, esses processos são simplesmente importados da iniciativa privada. Sugere que haja
25 uma discussão maior sobre o assunto, pois o setor público é diferente do setor privado. Tem objetivos distintos. Tânia reforça que a máquina e os dados devem estar à serviço da transformação. José Ivo reitera que as plataformas, muitas vezes, capturam contextos e não são neutras. Para ele, devemos pensar nas macro políticas. Geisa aponta sobre a necessidade do grupo que está trabalhando com a elaboração do SIEF faça interlocução com outros grupos.
30 Isabella comentou que participou de algumas reuniões com o grupo do SIEF e que já observou essa interlocução sendo feita em algumas ocasiões. Tânia recomendou que é preciso procurar o



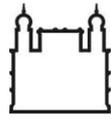
caminho da objetividade, pois existem questões que nos unem e questões que especificam determinados segmentos. Carla Gruzman também lembrou que avaliação é acolhimento e avaliação também pode ter a dimensão educativa e emancipatória. José Ivo questiona: E a sociedade política, como se relaciona com os fóruns de avaliação institucional? Tânia diz que é necessário fazer uma análise de discurso/análise de conjuntura. Fazer uma recuperação dos discursos que circulam na sociedade. Gerdo sugeriu que a sociedade civil está muito bem representada em órgãos representativos como o Conass e o Conasems, por exemplo.

Alex Bicca apresentou os instrumentos de avaliação do MEC. São 05 eixos/dimensões: 1- ; Planejamento e Desenvolvimento Institucional; 2- Gestão Institucional; 3- Corpo Social; 4 - Desenvolvimento Profissional; e 5 – Infraestrutura. Esses eixos/dimensões se desdobram em 44 indicadores, além de 05 Requisitos Legais. Além disso, Alex explica que os segmentos que, geralmente, estão implicados na avaliação institucional são os docentes, os discentes, os técnicos-administrativos, os gestores e a sociedade civil. Alex lembrou que foi enviado a todos um formulário para que fosse indicado quais indicadores estavam relacionados com quais segmentos e a ideia é que o tema fosse aprofundado durante a reunião. A Fiocruz, com sua complexidade, também demandaria outros indicadores? Quais seriam esses indicadores? Questiona. Logo após, apresenta as etapas do processo de avaliação institucional:

- Mobilização/Sensibilização – ações de mobilização, fóruns de avaliação institucional
- Aplicação – aplicação dos questionários
- Devolutiva - A devolutiva dos resultados bem como as ações decorrentes do processo avaliativo é fundamental para a credibilidade da avaliação.

Alex também apresentou alguns casos de autoavaliação realizados por outras instituições de ensino superior. Trouxe o exemplo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que construiu um Projeto de Autoavaliação onde trabalha o conceito de “fragilidades” e “potencialidades”. “Fragilidades” para a CPA é uma oportunidade de melhoria. Entendendo a autoavaliação como um processo contínuo, tendo como objetivo a necessidade promover ações de sensibilização com a finalidade de proporcionar o envolvimento dos diferentes setores da instituição e da sociedade. Além disso, também estimular um processo constante de reflexão, de modo a estimular uma melhoria da qualidade na instituição.

Na parte da tarde, a reunião prosseguiu com os Grupos de Trabalho no sentido de: a) avaliar e definir a cesta de indicadores da avaliação institucional; b) identificar os segmentos que



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Comissão Própria de Avaliação - CPA

participarão de cada momento da autoavaliação; c) identificar os modos de condução do processo de avaliação (periodicidade, ferramentas e instrumentos a serem utilizados - formulários eletrônicos, reuniões, visitas técnicas, etc).

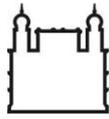
Dada a exiguidade do tempo, foi possível a cada grupo apenas identificar os segmentos (atores) que deverão ser consultados para cada indicador e fazer uma reflexão parcial sobre a pertinência e/ou adequação dos indicadores propostos pelo MEC ao processo de autoavaliação da Fiocruz.

As seguintes questões foram apresentadas aos grupos: 1- Considerando os 44 indicadores do MEC, quais segmentos (atores) devem ser consultados para cada indicador? 2- Tomando como referência as dimensões de avaliação do MEC e as bases conceituais trabalhadas na Oficina de Avaliação, discuta se os indicadores do MEC atendem ao processo de autoavaliação da Fiocruz. 3- Caso sua resposta no item 2 seja negativa, aponte outros indicadores que atendam à complexidade da Fiocruz. 4- Modo de avaliação: Por segmento, por eixo, outros? Periodicidade: semestral, anual, bienal, outra? Que ferramentas usar: formulários eletrônicos, reuniões, visitas técnicas, outros?

Assim é que, após o trabalho de grupo, foi decidido em plenário que todos os segmentos deveriam responder aos eixos avaliativos 1, 3, 4 e 5, a saber: “planejamento e desenvolvimento institucional”, “corpo social”, “desenvolvimento profissional” e “infraestrutura”. Em relação ao eixo “gestão institucional”, ficou definido que o segmento “alunos” não será consultado quanto ao indicador (2.1) “relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional”. Da mesma forma, no mesmo eixo, o segmento “sociedade civil” não será perguntado quanto aos indicadores “organização institucional” e “comunicação da instituição com a comunidade interna”. Vale dizer que a este indicador “organização institucional” agregou-se a expressão “espaços de participação”. Acolhendo a proposta do grupo 1, o plenário entendeu que a reconfiguração do indicador “organização institucional e espaços de participação” expressa melhor às especificidades do fazer da FIOCRUZ.

Com o mesmo intuito, também foi acrescentado a este eixo, o indicador (2.6) “Estratégias de Integração (dos conteúdos, ensino-serviço; entre os profissionais; entre gestores e profissionais; professor-aluno), em relação ao qual todos devem ser consultados na avaliação.

No que toca ao eixo “Infraestrutura”. Há necessidade de análise mais detalhada dos indicadores.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Comissão Própria de Avaliação - CPA

Encaminhamentos:

- Fazer um plano do modelo de autoavaliação da Fiocruz
 - Apresentar uma minuta do plano do modelo de autoavaliação da Fiocruz na próxima CTE, após apreciação do documento por membros da CPA (via e-mail).
- 5
- Aprovar o plano com os membros da CPA
 - Realizar uma CPA ampliada (mais convidados Fiocruz) para cancelar o plano

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu lavro a presente ata que vai assinada por todos os presentes em lista anexa (lista de presenças da reunião). Alex Bicca. Rio de Janeiro, 12 de março de 2019.